Everton Martins Vidal - Secretário Geral do BDMG - Secretário ad hoc; Helvécio Miranda Magalhães Júnior - Presidente do Conselho de Administração do BDMG - Presidente da Mesa Diretora, por indicação dos acionistas presentes; os representantes dos acionistas: Ana Paula Muggler Rodarte - Representante do Acionista Estado de Minas Gerais; Flávio Scholbi Uflacker de Oliveira - Representante do Acionista CODEMGE; Geraldo Magela Venuto - Representante do Acionista DEER-MG; Paulo Roberto de Araújo - Representante do Acionista MGI. Esta é uma cópia autêntica da lavrada em livro próprio. "Assina o documento de forma digital Marco Aurélio Crovo Afonso - Presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. - BDMG".

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO-BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. - BDMG-CNPJ - 38.486.817/0001-94 - NIRE JUCEMG 3150021746-2-TÍTULO I - DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE E PRAZO DE DURAÇÃO - Denominação Social - Art. 1º - O Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S. A. - BDMG, sociedade anônima fechada, é uma empresa pública constituída por força do art. 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual, promulgada em 21 de setembro de 1989, e na forma da Lei nº 10.092, de 29 de dezembro de 1989, e reger-se-á pelo disposto na legislação vigente e no presente estatuto. - Sede - Art. 2º - A sede e o foro do Banco são na Rua da Bahia, 1.600, em Belo Horizonte, Minas Gerais, podendo, obedecidas as normas legais, e a critério do Conselho de Administração, instalar, manter e extinguir estabelecimentos de caráter meramente administrativo, em qualquer parte do território nacional. - Prazo de Duração - Art. 3º - É indeterminado o prazo de duração da sociedade. - TÍTULO II - OBJETO SOCIAL - Art. 4º - O BDMG tem por finalidade: I - atividades próprias dos bancos de desenvolvimento, nos termos das leis e normas vigentes; II - por delegação do Estado de Minas Gerais, gerir recursos dos programas e projetos de interesse do desenvolvimento econômico e social do Estado; III - estimular atividades de fomento ao desenvolvimento econômico e social do Estado de Minas Gerais; IV - prestar serviços de assessoria e assistência técnica à Administração direta e indireta do Estado e dos Municípios e às empresas privadas. § 1º - Para a realização de seus objetivos, o Banco poderá, ainda, mediante autorização legislativa, participar do capital de sociedades e criar subsidiária, que também poderá participar de outras sociedades, desde que constituída como empresa de participações e que cada investimento esteja vinculado ao plano de negócios do BDMG. § 2º - As operações em tesouraria, a adjudicação de ações em garantia, bem como as participações autorizadas pelo Conselho de Administração em linha com o plano de negócios do Banco, prescindem de autorização legislativa. - TÍTULO III - CAPITAL SOCIAL - Art. 5º - O capital social é de R\$1.918.771.191,92 (um bilhão, novecentos e dezoito milhões, setecentos e setenta e um mil, cento e noventa e um reais, noventa e dois centavos), dividido em 64.663.501.291 (sessenta e quatro bilhões, seiscentos e sessenta e três milhões, quinhentos e um mil, duzentos e noventa e uma) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. - Capital autorizado - Parágrafo único - O Banco poderá, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social até o limite de R\$2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais), mediante a emissão de ações ordinárias nominativas. - TÍTULO IV - ASSEMBLEIA GERAL - Art. 6º - A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração, nas hipóteses admitidas em lei, pelo Conselho Fiscal ou por qualquer acionista. - Competência - Art. 7º - Compete à Assembleia Geral: I - tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; II - deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos, observado o disposto no artigo 92 da Lei Estadual nº 11.050, de 19/01/1993 - O BDMG está autorizado a doar 5% (cinco por cento) do lucro líquido à Fundação João Pinheiro - FJP; III - eleger os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal; IV - fixar o montante global e individual da remuneração dos Administradores, membros dos comitês estatutários e conselheiros fiscais, com prévia manifestação da Secretaria de Estado da Fazenda, sendo vedado ao Conselho de Administração o recebimento de participação, de qualquer espécie, nos lucros do BDMG; V - reformar o Estatuto Social - Parágrafo único - A Assembleia Geral observará, para eleição dos membros do Conselho de Administração, os seguintes requisitos: I - condições gerais para o exercício do cargo previstas pela legislação e regulamentação em vigor, aplicáveis ao BDMG; II - capacidade técnica; III - capacidade gerencial; IV - habilidades interpessoais; V - conhecimento da legislação e da regulamentação relativas à responsabilidade de qualquer natureza por sua atuação; VI - experiência. - Assembleia Geral Ordinária - § 1º - A Assembleia Geral Ordinária realizará-se-á, anualmente, dentro dos quatro meses seguintes ao encerramento do exercício social. - Assembleia Geral Extraordinária - § 2º - Observado o disposto na lei, a Assembleia Geral Extraordinária deliberará sobre a ordem do dia, constante do aviso de convocação. - TÍTULO V - CONSELHO FISCAL - Composição - Art. 8º - O Conselho Fiscal será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos, e suplentes em igual número, eleitos pela Assembleia Geral para mandato de 2 (dois) anos, permitidas 2 (duas) reconduções consecutivas, observados os seguintes requisitos: I - ser pessoa natural, residente no País e de reputação ilibada; II - ter formação acadêmica compatível com o exercício da função; III - ter experiência mínima de três anos em pelo menos um dos cargos abaixo: a) direção ou assessoramento na administração pública, direta ou indireta; b) conselheiro fiscal ou administrador em empresa; § 1º - As experiências mencionadas em alíneas distintas do inciso III do caput não poderão ser somadas para a apuração do tempo requerido. § 2º - As experiências mencionadas em uma mesma alínea do inciso III do caput poderão ser somadas para apuração do tempo requerido, desde que relativas a períodos distintos. § 3º - O Conselho Fiscal contará com, no mínimo, um membro indicado pelo Estado de Minas Gerais, que deverá ser servidor público com vínculo permanente com a administração pública. - § 4º - O membro do Conselho Fiscal que tiver sido reconduzido duas vezes consecutivas poderá voltar a fazer parte do Colegiado após decorridos, no mínimo, 2 (dois) anos do término de seu prazo de atuação. - § 5º - São indelegáveis as funções de membro do Conselho Fiscal. - Competência - Art. 9º - Compete ao Conselho Fiscal: I - fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; II - opinar sobre o relatório anual da Administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral; III - opinar sobre as propostas dos órgãos da Administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão; IV - denunciar aos órgãos de Administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses do Banco, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis; V - convocar a Assembleia Geral Ordinária, se os órgãos da Administração retardarem por mais de 1 (um) mês essa convocação, e a Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das Assembleias as matérias que considerarem necessárias; VI - analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pelo Banco; VII - examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar; VIII - exercer essas atribuições, durante a liquidação, tendo em vista as disposições especiais que a regulam. - § 1º - Os órgãos da Administração são obrigados, através de comunicação por escrito, a colocar à disposição dos membros em exercício do Conselho Fiscal, dentro de 10 (dez) dias, cópias das atas de suas reuniões e, dentro de 15 (quinze) dias do seu recebimento, cópias dos balancetes e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente e dos relatórios de execução de orçamentos. - § 2º - O Conselho Fiscal, a pedido de qualquer dos seus membros, solicitará aos órgãos de Administração esclarecimentos ou informações, assim como a elaboração de demonstrações financeiras ou contábeis especiais. - § 3º - Os membros do Conselho Fiscal assistirão às reuniões do Conselho de Administração em que se deliberar sobre os assuntos em que devam opinar (incisos II e VII). - § 4º - O Conselho Fiscal poderá solicitar aos auditores independentes esclarecimentos ou informações que julgar necessários e a apuração de fatos específicos. - § 5º - O Conselho Fiscal deverá fornecer ao acionista, ou grupo de acionistas que representem no mínimo cinco por cento do capital social, sempre que solicitadas, informações sobre matérias de sua competência. - TÍTULO VI - ADMINISTRAÇÃO SOCIAL - Art. 10 - São órgãos da administração social o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. - Art. 11 - Os Administradores deverão realizar, anualmente, autoavaliação do desempenho individual e coletivo do respectivo Colegiado, observando-se: I - exposição dos atos de gestão praticados quanto à licitude e a eficácia da ação administrativa; II - contribuição para o resultado do exercício; III - consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e atendimento à estratégia de longo prazo. - Capítulo I - Conselho de Administração - Composição - Art. 12 - O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 7 (sete) e, no máximo, 9 (nove) membros, eleitos para um mandato de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas, sendo: I - até 6 (seis) membros representantes do Acionista Controlador; II - 1 (um) representante dos empregados do BDMG; III - no máximo 2 (dois)

membros independentes, sendo um deles indicado pelos acionistas minoritários; § 1º - O membro do Conselho de Administração que tiver sido reconduzido três vezes consecutivas poderá voltar a fazer parte do Colegiado após decorridos, no mínimo, 2 (dois) anos do término de seu último prazo de gestão. - § 2º - A Assembleia Geral designará o Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração, cabendo a este substituir aquele em seus impedimentos temporários. - § 3º - Na ocorrência de vaga no Conselho de Administração, o Colegiado funcionará com a presença de, no mínimo, 5 (cinco) de seus membros, enquanto se aguarda a indicação de membro para suprir a vaga existente. - Funcionamento - Art. 13 - O Conselho de Administração reunir-se-á uma vez por mês em sessão ordinária e, em sessão extraordinária, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente, de seu Vice-presidente ou da maioria de seus membros. - § 1º - As reuniões do Conselho de Administração instalar-se-ão com a presença de, no mínimo, 5 (cinco) de seus membros. - § 2º - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao seu Presidente o voto de desempate. - § 3º - As reuniões do Conselho de Administração serão dirigidas pelo Presidente e, na sua ausência, pelo Vice-presidente. - Competência - Art. 14 - Compete ao Conselho de Administração: I - aprovar e acompanhar o plano de negócios e a estratégia de longo prazo para a atuação do Banco no fomento às atividades de desenvolvimento econômico e social do Estado, promovendo análise anual do atendimento das metas e resultados de sua execução; II - divulgar as conclusões da análise a que se refere o inciso anterior no sítio eletrônico do BDMG e informá-las à Assembleia Legislativa e ao Tribunal de Contas do Estado; III - aprovar: a) políticas e objetivos compatíveis com o plano do Estado e seus respectivos programas regionais e setoriais de desenvolvimento; b) programas de desenvolvimento a serem executados pelo BDMG, normas gerais, critérios básicos e prioridades para suas operações; c) política de transações com partes relacionadas que abranja as operações com o Estado e com as demais empresas estatais; d) política de divulgação de informações; e) declaração de apetite por riscos, mediante recomendação da Diretoria Executiva; f) políticas de gerenciamento de riscos e de capital, mediante recomendação do Comitê de Riscos e Capital; g) políticas de controles internos, conformidade e integridade; h) código de ética e conduta do BDMG; IV - eleger e destituir os membros da Diretoria e fixar-lhes as atribuições; V - fixar as alçadas de competência da Diretoria Executiva; VI - realizar, anualmente, avaliação de desempenho coletivo da Diretoria Executiva e individual de seus membros; VII - examinar e aprovar o plano de livros e papéis do BDMG, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração e quaisquer outros atos; VIII - deliberar sobre a matéria da alçada da Diretoria na hipótese do art. 17, § 4º; IX - convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente; X - aprovar o orçamento anual e suas suplementações; XI - submeter à Assembleia Geral os balanços semestrais, os respectivos relatórios da Administração e a proposta de destinação do lucro líquido do exercício e da distribuição dos dividendos; XII - deliberar sobre o aumento do capital social, até o limite previsto no art. 5º, parágrafo único; XIII - deliberar sobre: a) proposta de criação, alteração e extinção de empresas subsidiárias; b) estatutos ou contratos sociais das subsidiárias e suas alterações e a prática dos demais atos necessários à constituição dessas empresas; c) a participação do BDMG no capital social de pessoa jurídica de relevante interesse para o desenvolvimento econômico e social do Estado e em linha com o plano de negócios do Banco, bem como a alienação dessa participação; d) política de participações societárias que contenha práticas de governança e controle proporcionais à relevância, à materialidade e aos riscos do negócio do qual participe. XIV - aprovar, anualmente: a) carta de compromissos para a consecução de políticas públicas aderentes às finalidades do BDMG e de suas subsidiárias, com a definição clara dos recursos a serem empregados, bem como seus impactos econômico-financeiros, mensuráveis por meio de indicadores objetivos; b) carta de governança corporativa consolidando as informações relevantes do BDMG e de suas subsidiárias, em especial aquelas relativas a atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, dados econômico-financeiros, comentários dos Administradores sobre o desempenho, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e dos valores a que fazem jus os diretores e conselheiros; c) relatório de atividades de auditoria interna; XV - aprovar a estrutura organizacional do BDMG e suas alterações; XVI - aprovar o Estatuto de Pessoal, o Plano de Classificação de Cargos e Salários, a política de participação em lucros e resultados em função do cumprimento das metas previstas nos planos estratégicos anual e quadrienal e suas alterações; XVII - aprovar o Quadro de Pessoal do BDMG e suas alterações; XVIII - autorizar: a) operações passivas de que decorram obrigações acima de 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do BDMG e atuais vinculadas a programas mencionados no inciso I deste artigo; b) elaboração de estudos, programas e projetos, assistências técnicas, gerenciais ou de treinamento de que decorram despesas superiores a 1% (um por cento) do patrimônio líquido do Banco; c) a alienação e a constituição de ônus reais de bens do ativo permanente do Banco, ressalvadas as alçadas da Diretoria; XIX - estabelecer os requisitos para escolha, na forma da lei, do auditor externo do BDMG e decidir sobre sua destituição; XX - indicar e destituir o Ouvidor e o auditor interno do BDMG; XXI - aprovar as regras internas atinentes às atividades da Ouvidoria do Banco, assegurando-lhe autonomia e as prerrogativas necessárias ao exercício de suas competências, para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção; XXII - assegurar o acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às reclamações recebidas, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades; XXIII - estabelecer critérios para realização de acordos e transações judiciais e extrajudiciais; XXIV - autorizar a criação e a extinção de órgãos com funções técnicas e de assessoramento da Administração Social; XXV - fixar os parâmetros para as deliberações dos Comitês de Crédito e de Renegociação, bem como as matérias a serem deliberadas pelo Comitê de Riscos e Capital; XXVI - instituir critérios; XXVII - fixar as alçadas de competência da Diretoria Executiva e dos Gerentes Gerais para autorizar despesas orçamentárias, respeitadas as decisões da Assembleia Geral; XXVIII - eleger e destituir os membros do Comitê de Auditoria, indicando entre eles o seu coordenador, bem como acompanhar e fiscalizar o cumprimento das suas atribuições, aprovar seu regimento interno e avaliar os relatórios emitidos ao final dos semestres; XXIX - exercer as atribuições de caráter normativo não compreendidas nas competências da Diretoria Executiva; XXX - dirimir dúvidas decorrentes da aplicação deste Estatuto. - § 1º - A deliberação do Conselho de Administração, sobre ato que dependa de sua prévia autorização ou sobre a hipótese prevista no inciso IV deste artigo, deverá ser tomada na primeira sessão ordinária ou extraordinária que se realizar. - § 2º - O Conselho de Administração observará, para eleição dos membros da Diretoria Executiva, os seguintes requisitos: I - condições gerais para o exercício do cargo previstas pela legislação e regulamentação em vigor, aplicáveis ao BDMG; II - capacidade técnica; III - capacidade gerencial; IV - habilidades interpessoais; V - conhecimento da legislação e da regulamentação relativas à responsabilidade de qualquer natureza por sua atuação; VI - experiência. - § 3º - Nas subsidiárias em que não houver Conselho de Administração, as competências previstas neste artigo serão exercidas pelo Conselho de Administração do BDMG no que couber. - Art. 15 - Compete ao Presidente do Conselho de Administração do BDMG a orientação e supervisão do seu Gabinete e dos órgãos que a lei e este Estatuto subordinam ao Colegiado. - Capítulo II - Diretoria Executiva - Composição - Art. 16 - A Diretoria Executiva do BDMG é composta de cinco membros, sendo 1 (um) Diretor-Presidente, 1 (um) Diretor Vice-Presidente e 3 (três) Diretores Executivos. - § 1º - A Escolha dos membros da Diretoria Executiva recairá, preferencialmente, em pelo menos um empregado do Banco. - § 2º - Os membros da Diretoria Executiva são eleitos pelo Conselho de Administração pelo prazo de 2 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas. - § 3º - O membro da Diretoria Executiva que tiver sido reconduzido 3 (três) vezes consecutivas poderá voltar a fazer parte do Colegiado após decorridos, no mínimo, 2 (dois) anos do término de seu último prazo de gestão. - § 4º - Ocorrendo ausências e impedimentos temporários, caberá ao Diretor-Presidente designar, dentre os membros da Diretoria Executiva, o substituto. No caso de vacância de cargo da Diretoria Executiva, a respectiva substituição será deliberada pelo Conselho de Administração. - Funcionamento - Art. 17 - A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por semana e, extraordinariamente, quando convocada pelo Diretor Presidente ou pela maioria de seus membros. - § 1º - A reunião da Diretoria Executiva instala-se com a presença de, no mínimo, 3 (três) membros. - § 2º - As deliberações da Diretoria Executiva serão tomadas por maioria de votos, de um mínimo de 3 (três), cabendo ao Diretor Presidente o voto de desempate. - § 3º - As reuniões da Diretoria Executiva serão dirigidas pelo Diretor Presidente e, na sua ausência, pelo Diretor Vice-presidente. - § 4º - Não instalada a reunião ordinária da Diretoria Executiva por 3 (três) sessões consecutivas, por insuficiência de quórum, transfere-se ao Conselho de Administração a competência para deliberação. - Competência - Art. 18 - Compete à Diretoria Executiva: I - exercer a administração geral do BDMG, de modo a assegurar o seu funcionamento regular, fazendo com que se realizem seus objetivos e se tornem efetivas as deliberações do Conselho de Administração; II - apresentar até a última reunião ordinária do

ano do Conselho de Administração: a) plano de negócios para o exercício anual seguinte; b) estratégia de longo prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os próximos 5 (cinco) anos. III - levar à deliberação do Conselho de Administração propostas sobre as seguintes matérias: a) programas de desenvolvimento a serem executados pelo BDMG, planos estratégicos, normas gerais, critérios básicos e prioridades para suas operações; b) aumentos de capital, inclusive dentro do limite previsto no art. 5º, parágrafo único, deste Estatuto; c) Estatuto de Pessoal e o Plano de Classificação de Cargos e Salários e suas alterações; d) Quadro de Pessoal e suas alterações; e) operações passivas de que decorram obrigações acima de 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do BDMG e atuais vinculadas a programas mencionados neste inciso; f) elaboração de estudos, programas e projetos, assistências técnicas, gerenciais ou de treinamento de que decorram despesas de valor superior a 1% (um por cento) do patrimônio líquido do Banco; g) alienação de bens e a constituição de ônus reais do ativo permanente; h) criação e extinção de subsidiárias, para a realização de serviços auxiliares ou para a execução de empreendimentos cujos objetivos estejam compreendidos na área de atuação do BDMG, especificando o objeto e o capital social, bem como suas alterações; i) aprovação dos estatutos das subsidiárias e suas alterações e a prática dos demais atos necessários à constituição e funcionamento das mesmas; j) declaração de apetite por riscos, com auxílio do Comitê de Riscos e Capital; IV - autorizar operações ativas ou passivas não compreendidas na competência decisória do Conselho de Administração e do Comitê de Crédito; V - autorizar acordos, indicação de árbitro, transações ou a prática de outros atos extrajudiciais ou judiciais que visem a prevenir ou a encerrar litígio e a evitar perdas para o BDMG, facultada a outorga desses poderes com limitação expressa; VI - autorizar: a) a compra e venda, em caráter de investimento, de ações e debêntures de subscrição pública de sociedade anônima aberta; b) a alienação de bens móveis e bens não de valor recebidos em razão de recuperação de crédito; c) a doação de bem móvel de pequeno valor e inservível para o Banco e transferências em benefício de entidades dos servidores ou da comunidade, tendo em vista as responsabilidades sociais do BDMG; d) a prática de atos não compreendidos na competência da Assembleia Geral, do Conselho de Administração, do Presidente da Diretoria Executiva, do Comitê de Crédito e do Comitê de Riscos e Capital; VII - apresentar ao Conselho de Administração: a) decisões divergentes de pareceres técnicos negativos; b) relatório semestral sobre o desempenho do Banco e as informações requisitadas; VIII - submeter à aprovação do Conselho de Administração proposta de: a) estrutura organizacional do Banco e suas alterações; b) orçamento anual e suas alterações; c) criação e extinção de órgãos com funções técnicas e de assessoramento da Administração Social; - IX - elaborar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício e da distribuição dos dividendos e encaminhar à apreciação do Conselho de Administração; X - estabelecer: a) as políticas de pessoal em consonância com as diretrizes do Estatuto de Pessoal e do Plano de Classificação de Cargos e Salários e com os planos estratégicos aprovados; b) as regras de funcionamento dos órgãos com funções técnicas e de assessoramento da Administração Social; XI - decidir sobre os limites de crédito que, aprovados, possam elevar o compromisso do cliente, ou do grupo econômico a que pertença, ressalvada a competência do Comitê de Crédito; XII - recomendar a destituição do Ouvidor ao Conselho de Administração, nas hipóteses estabelecidas em norma interna do Banco; XIII - decidir as questões remetidas pelo Comitê de Crédito, Comitê de Renegociação e Comitê de Riscos e Capital; XIV - deliberar sobre a participação do BDMG em fundos de investimento; XV - atribuir ao Comitê de Crédito, por delegação, competência para deliberar sobre matérias operacionais e administrativas além das previstas neste Estatuto. - Seção I - Do Diretor Presidente - Competência - Art. 19 - Compete ao Diretor Presidente: I - praticar atos legalmente a ele atribuídos, permitida a delegação a membros da Diretoria Executiva; II - representar o Banco ativamente, em juízo ou fora dele; III - supervisionar: a) a execução das diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração; b) a elaboração da proposta orçamentária; c) a elaboração do relatório semestral sobre o desempenho do Banco; IV - submeter ao Conselho de Administração as matérias de competência deste, de iniciativa da Diretoria e, quando julgar conveniente, dar-lhe ciência das decisões da Diretoria Executiva; V - autorizar as despesas orçamentárias, observadas as alçadas estabelecidas pelo Conselho de Administração; VI - executar a política de pessoal do Banco, contratar, promover, punir, fazer designações para cargos e funções de confiança, dispensar e praticar outros atos relativos aos empregados, obedecidas as normas do Estatuto de Pessoal e as Políticas referidas no inciso X do art. 18, admitida a delegação dessas atribuições; VII - constituir procurador para a prática de ato especificado no instrumento de mandato e por prazo determinado, ressalvadas as procurações outorgadas a advogados, com cláusula "ad iudicium" ou para a defesa em procedimentos administrativos, que poderão ter prazo indeterminado de duração. VIII - nomear e exonerar, por indicação do Conselho de Administração, o Ouvidor e o auditor interno do BDMG. - Seção II - Diretor Vice-presidente e Diretores Executivos - Art. 20 - O Diretor Vice-presidente compete substituir o Diretor Presidente em suas faltas e impedimentos. - Parágrafo único - Vagando o cargo de Diretor Presidente, o Diretor Vice-presidente exercerá as atribuições respectivas até o seu provimento. - Art. 21 - O Diretor Vice-presidente e os Diretores Executivos são responsáveis pela execução das políticas do Banco, no âmbito de suas atribuições. - Art. 22 - Cabe ao Diretor Vice-presidente e a cada Diretor Executivo submeter à Diretoria Executiva a matéria relativa à respectiva área de atribuição. - Seção III - Representação do BDMG - Art. 23 - A representação do BDMG, em juízo ou fora dele, caberá: I - ao Diretor Presidente, isoladamente; II - a dois Diretores Executivos, conjuntamente; III - a um Diretor Executivo em conjunto com um procurador, nos limites e condições estabelecidos no correspondente instrumento de mandato; IV - a dois procuradores, nos limites e condições estabelecidos no correspondente instrumento de mandato; V - a um procurador, isoladamente, para representação em assembleias gerais de pessoas jurídicas das quais o BDMG participe, para a prática de ato específico fora do local de sua sede e em processos judiciais ou administrativos. TÍTULO VII - ASSESSORAMENTO E GOVERNANÇA - Art. 24 - São órgãos de assessoramento e governança o Comitê de Auditoria, o Comitê de Riscos e Capital, a Ouvidoria e os colegiados diretamente relacionados ao negócio do Banco, quais sejam, o Comitê de Crédito e o Comitê de Renegociação. - Capítulo I - Comitê de Auditoria - Composição - Art. 25 - O Comitê de Auditoria, órgão auxiliar do Conselho de Administração, com funcionamento permanente, será composto por no mínimo 3 (três) integrantes e no máximo 5 (cinco), eleitos pelo Conselho de Administração, observados os requisitos legais. - § 1º - Os membros do Conselho de Administração poderão ser eleitos para o Comitê de Auditoria, observadas as condições previstas pelo órgão regulador. - § 2º - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos para um mandato de 3 (três) anos, não coincidente para cada membro, permitida uma reeleição. Na hipótese de o membro ser, também, Conselheiro de Administração, o fim do mandato no Comitê de Auditoria será coincidente com o fim do mandato de membro do Conselho de Administração. - § 3º - O Comitê de Auditoria poderá ser integrado por até 3 (três) membros independentes externos, sendo, no mínimo, 2 (dois) com comprovados conhecimentos de auditoria e contabilidade que os qualifique para a função. - § 4º - São condições mínimas para integrar o Comitê de Auditoria: a) ter experiência profissional ou formação acadêmica compatível com o cargo, preferencialmente na área de contabilidade, auditoria ou no setor de atuação do BDMG; b) não ser ou não ter sido, nos últimos 12 (doze) meses, diretor ou empregado do BDMG ou de suas ligadas; c) não ter sido responsável técnico, gerente, supervisor ou qualquer outro integrante com função de gerência de equipe envolvida nos trabalhos de auditoria do BDMG nos últimos 12 (doze) meses; d) não ter sido ocupante de cargo efetivo ou função no Governo do Estado nos últimos 12 (doze) meses, ou que esteja dele licenciado; e) não ter sido membro do Conselho Fiscal do BDMG ou de suas ligadas nos últimos 12 (doze) meses; f) não ter sido membro do Comitê de Auditoria do BDMG nos últimos 3 (três) anos, ressalvada a hipótese de reeleição; g) não ser cônjuge, ou parente em linha reta, em linha colateral e por afinidade ou por adoção, até o segundo grau, das pessoas referidas nas alíneas "b", "c" e "e".

203 cm -13 114474- 1

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - FAPEMIG

EXTRATO DE TERMO DE OUTORGA cbb ; aec-00020-18 ; proteção da tecnologia br 1020170159558 intitulada "moléculas estimuladoras do sistema imunológico para tratamento de dependência a drogas de abuso, processos de síntese, vacina antídota e usos", via pct nº pb/ib2018/055440 ; gilberto medeiros ribeiro ; 2071.19.573.050.4101.0001.445042.0.70.1 ; 2071.19.573.050.4104.0001.445042.0.10.1 ; 2071.19.573.050.4104.0001.449039.0.10.1 ; 2071.19.573.050.4104.0001.449020.0.10.1 ; início a partir da publicação ; duração 6 meses ; universidade federal de minas gerais ; RS 12.600,00 ; che ; bpd-00162-18 ; rosana machado de souza ; rosana machado de souza ; 2071.19.573.050.4102.0001.335043.11.0

1. 2071.19.573.050.4102.0001.339020.1.10.1 ; 2071.19.573.050.4105.0001.335043.1.10.1 ; 2071.19.573.050.4105.0001.445042.1.10.1 ; 14/09/2018 ; 13/01/2019 ; instituto federal de educação, ciência e tecnologia do sudeste de minas gerais ; RS 5.040,00 ; che ; bpd-00283-18 ; diogo pereira matos ; diogo pereira matos ; 2071.19.573.050.4102.0001.335043.1.10.1 ; 2071.19.573.050.4102.0001.339020.1.10.1 ; 2071.19.573.050.4105.0001.335043.1.10.1 ; 2071.19.573.050.4105.0001.445042.1.10.1 ; 14/09/2018 ; 13/01/2019 ; instituto federal de educação, ciência e tecnologia do sudeste de minas gerais ; RS 5.040,00 ;

3 cm -13 1144775 - 1

EXTRATO DO TERMO DE TRANSFERÊNCIA N° 0005/2018.

Partes: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais -FAPEMIG e a Minas Gerais Administração e Serviços S.A - MGS. Objeto: transferência, pela MGS, em caráter definitivo e sem encargos, a FAPEMIG, dos bens constantes da relação anexa ao instrumento, oriundos da fonte de recursos MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A. Data de assinatura: 28/06/18. Vigência: 12 (doze) meses, a contar de 26/08/2018 a 25/08/2019. Valor total: R\$ 6.595,70 (seis mil, quinhentos e noventa e cinco reais e setenta centavos). Signatários: Evaldo Ferreira Videla - Presidente da FAPEMIG e Rogério Pena Siqueira - Diretor Presidente da MGS.

3 cm -13 1144502 - 1

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS - UNIMONTES

EXTRATO DO CONTRATO Nº 9196435/2018 DE FORNECIMENTO

f, firmado entre o ESTADO DE MINAS GERAIS por meio do(a) UNIMONTES e o(s) fornecedor(es) 19.961.036/0001-60 - DIFARMIG LTDA, Processo de compra nº 2311076.00069/2018, Pregão eletrônico. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR. Valor total: R\$ 63.250,00. Vigência: 12 meses, de 04/09/2018 a 03/09/2019. Dotação(ões) Orçamentária(s) nº: 2311.12.302.200.45.74.0001.339030.10.0.10.1. Assinatura: 04/09/2018. Signatários: pela contratada Sabrina Dias Magela, pela contratante José Otávio Braga Lima.

3 cm -13 1144776 - 1

EXTRATO DO CONTRATO Nº 9196493

Extrato do Contrato nº 9196493/2018 de Serviço, firmado entre o ESTADO DE MINAS GERAIS por meio do(a) UNIMONTES e o(s) fornecedor(es) 01.440.615/0001-00 - FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE ENSINO SUPERIOR DO NORTE DE MINAS, Processo de compra nº 2311021.00068/2018, Dispensa de Licitação. Objeto: Contratação de instituição especializada para prestação dos serviços de organização e toda logística necessária, para a aplicação de provas do Programa de Avaliação Seriada para o Acesso ao Ensino Superior (PAES 01/2018) da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Valor total: R\$ 584.350,00. Vigência: 12 meses, de 11/09/2018 a 11/09/2019. Dotação(ões) Orçamentária(s) nº: 2311.1.2.364.037.4214.0001.339039.74.0.10.1 ; 2311.12.122.701.2002.0001.3.39039.74.0.10.1. Assinatura: 11/09/2018. Signatários: pela contratada Abílio Carnielli Filho, pela contratante Roney Versiani Sindexas.

4 cm -13 1144488 - 1

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS - JUCEMG

EDITAL DE CANCELAMENTO

A Junta Comercial do Estado de Minas Gerais torna público que, por decisão singular de seu Presidente, foi aprovado sob o nº 6983648, em 29 de agosto de 2018, o cancelamento de matrícula, a pedido, do Lei-loiro Oficial Onofre Alves da Silva, e que, de acordo com o art. 7º, do Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, os interessados poderão se manifestar, apresentando suas reclamações, se for o caso, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de publicação deste edital. Belo Horizonte, 31 de agosto de 2018. José Donald Bittencourt Júnior, Presidente.

3 cm -13 1144591 - 1

ATOS DECISÓRIOS

A relação de atos deferidos 13/09/18, para fins de contagem de prazos encontram-se disponível no site: www.jucemg.mg.gov.br. Belo Horizonte, 14 de setembro de 2018. José Donald Bittencourt Júnior, Presidente.

1 cm -11 1143564 - 1

COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS - GASMIG

ADITIVO

Partes: Gasmig x Cooperativa de Comunicação e Apoio Social dos Condutores Autônomos da Grande Belo Horizonte - Coopercaas Ltda. Objeto: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 4600000146. Acrescimento de valor. Valor: de R\$287.266,25 para R\$314.266,25. Assinatura: 03/09/2018.

Partes: Gasmig x Cooperativa Mista de Transporte de Passageiros em Taxis de Belo Horizonte Ltda. Objeto: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 4600000157. Acrescimento de valor. Valor: de R\$288.987,10 para R\$335.005,99. Assinatura: 06/09/2018. Ângela Maria Valentino Campos - Gerente de Contratos e Licitações

3 cm -13 1144726 - 1

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG

CNPJ: 17.155.730/0001-64

MS/CS - AQUISIÇÃO DE SERVIÇO

EXTRATO DE ADITIVO

CompANHIA Energética de Minas Gerais - Cemig x H.C Teixeira Engenharia e Serviços - ME. Objeto: Correção Prêmbulo no contrato 4570017391-802. Data: 14/08/2018.

AVISO EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO MS/CS 530-H12663. Objeto: Serviços de operacionalização do contrato de licenciamento de software Micro-soft. Abertura da sessão pública dia 27/09/18, às 09 horas - Envio de proposta através do site www.cemig.com.br até 08:30 horas da data de abertura da sessão. Edital disponível no site www.cemig.com.br.

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

CE-4680005306/500.4680005305/510.4680005304/530. 4680005307/835.4680005308/910.4680005309/865.4680005310/875.4680005311/900.4680005290/880.4680005291/860.4680005292/830.4680005293/840.4680005294/800.4680005295/870.4680005296/850.4680005297/802.4680005298/804.4680005299/806.4680005300/807.4680005301/805.4680005302/803.4680005303/801. Processo: MS/CS 500-E11969. Fundamento: Art. 30 da Lei 13.303/2016, para a contratação direta da Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais-SECCRI, para os serviços de publicações legais e regulamentares dessas empresas no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais. Prazo: 36 meses. Valor: R\$ 558.890,88. Ratificada em: 06/03/2018.

ADENDO

PREGÃO ELETRÔNICO MS/CS 805-H12443. Objeto: serviços de automatização parcial da instrumentação geotécnica de auscultação da barragem da UHE Piau. Adendo nº 1. Objeto: alteração da data de envio de Propostas e data da realização do Pregão. Adendo disponível no site www.cemig.com.br.

7 cm -13 1144631 - 1

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG

CNPJ: 17.155.730/0001-64

MS/MT - AQUISIÇÃO DE MATERIAL

Pregão Eletrônico - CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. - CNPJ 06.981.1706/0001-58, CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CNPJ 06.981.180/0001-16 e SÁ CARVALHO S.A. - CNPJ 03.907.799/0001-92 - Nº 500-G12769 - Notebook e Microcomputador. Abertura da sessão pública 27/09/18, às 9 horas - Envio de proposta: site www.cemig.com.br, até as 8h30 da data de abertura da sessão. Edital disponível, gratuitamente, no mesmo sítio. Ivna de Sá Machado de Araújo - Gerente de